

?

Seção de Legislação do Município de Candelária / RS

LEI MUNICIPAL Nº 1.638, DE 06/06/2019

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL 545, DE 18 DE AGOSTO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A CIRCULAÇÃO E REMOÇÃO DE ANIMAIS DAS ESPÉCIES EQUINA E BOVINA EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO BUTZGE, Prefeito do Município de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º; o art. 5º; o art. 6º; o art. 8º; o capítulo III e o art. 9º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica proibida a circulação de animais das espécies equina e bovina, sem o acompanhamento de seus donos, em vias públicas pavimentadas ou não do Município de Candelária, excluindo-se aqueles utilizados pela Brigada Militar, em qualquer situação.

§ 1º Todos os proprietários de animais eqüinos e bovinos que forem utilizados em vias públicas pavimentadas ou não, deverão ter o animal devidamente registrado junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que manterá o registro da propriedade do animal, com a devida identificação através de procedimento de resenha, microchipagem, ou procedimento similar.

§ 2º O poder executivo emitira decreto regulamentador a fim de esclarecer os procedimentos de cadastramento, recolhimento, resgate do animal, adoção e aplicação das penalidades previstas na lei."

.....

"Art. 5º O proprietário que reincidir na violação do disposto nos arts. 1º e 2º desta lei ficará impedido de resgatar o animal.

Art.6º Os animais encontrados soltos em vias públicas, que por ventura não possuírem a devida identificação, serão recolhidos e destinados a espaço de responsabilidade do poder público para sua guarda provisória.

§ 1º Animais em situação irregular em desacordo com o Art. 1º, 2º e 5º desta lei, desde que possuam cadastro vigente e possam ser identificados, poderão ser retirados, in loco, pelos seus respectivos responsáveis legais mediante notificação de infração, antes da remoção para guarda provisória.

§ 2º Os proprietários identificados, cujos animais estejam em guarda provisória do poder público, serão notificados para a retirada dos mesmos, mediante pagamento de taxa de serviço no valor de 2 (dois) VRM, em prazo máximo de 3 (três) dias.

§ 3º O animal encontrado nas situações vedadas pelos arts. 1º e 2º desta lei será retido pelo agente de trânsito responsável pela via, que acionará a equipe da Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Pesca para proceder ao seu recolhimento, podendo requisitar força policial, se necessário.

§ 4º A equipe responsável lavrará termo de infração ou termo de infração e remoção, devendo constar no mínimo os seguintes dados:

I - Local, data e horário da ocorrência da infração;

II - Identificação do animal através de procedimento de resenha, microchipagem, ou procedimento similar;

III - Identificação do proprietário do animal;

IV - Identificação do agente que lavrou o termo de infração ou termo de infração e remoção;

V - Identificação do responsável pelo transporte do animal e do veículo por ele conduzido;

§ 5º O responsável pelo transporte do animal recolhido, deverá portar uma via do termo de remoção lavrado pelo agente, que permanecerá durante a estadia do animal no local de guarda provisória."

.....

"Art.8º O proprietário do animal que tiver direito a resgatá-lo junto à guarda provisória deverá fazê-lo em conformidade com esta lei.

§ 1º Transcorrido o prazo de 3 (três) dias para resgate do animal recolhido e em guarda provisória, o mesmo será destinado à adoção, não podendo ser adotante pessoa pertencente ao grupo familiar de qualquer proprietário que por ventura, tenha tido animal apreendido nos termos desta lei.

§ 2º Animais que se envolverem em acidentes de trânsito e em decorrência deste tiverem sua saúde comprometida, se identificados, e após a autorização dos proprietários, com respectivo laudo veterinário, deverão ser submetidos à eutanásia.

§ 3º Os animais constatados doentes poderão ser sacrificados através de procedimento de eutanásia, mediante atestado de médico veterinário, sem direito de indenização ao eventual proprietário."

.....

"Capítulo III - Das Parcerias"

.....

"Art. 9º Fica autorizada a celebração de Convênios, Termos de Fomento, Termos de Colaboração e Acordo de Cooperação entre os órgãos pertencentes ao Poder Público e as associações civis, universidades e outras instituições."

.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA

Candelária, 06 de junho de 2019.

PAULO ROBERTO BUTZGE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se Registrado às fls. _____

Do competente livro, em

06 de junho de 2019.

DIONATAN TAVARES DA SILVA

Secretário Mun. da Administração Agente Adm. Auxiliar